

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução ao Direito de Família.....	33
1. Breve histórico da família.....	33
2. Conceito, evolução e conteúdo do direito de família.....	36
3. Natureza do direito de família	39
4. Conceito moderno e função social da família	42
5. Pluralidade de modelos de família.....	49
5.1. Família conjugal e família parental	51
5.2. Família matrimonial	51
5.3. Família convivencial (união estável)	52
5.4. Família monoparental	52
5.5. Família homoafetiva ou isossexual	53
5.6. Família natural, ou nuclear, extensa ou ampliada e família substituta	55
5.7. Família adotiva	56
5.8. Família anaparental	56
5.9. Família mosaico ou reconstituída	57
5.10. Família eudemonista.....	58
5.11. Família democrática.....	59
5.12. Família multiparental ou pluriparental	60
5.13. Família binuclear	64
5.14. Família paralela, simultânea ou uniões dúplices	64
5.15. Família poliafetiva.....	68
5.16. Família <i>on-line</i> ou <i>iFamily</i>	69

5.17.	Famílias ectogenéticas	70
5.18.	Famílias coparentais	70
5.19.	Famílias multiespécies	71
6.	Dos direitos fundamentais e princípios constitucionais norteadores do direito de família	72
6.1.	Dos direitos fundamentais	74
6.1.1.	Dos direitos fundamentais verticais	77
6.1.2.	Dos direitos fundamentais horizontais	80
6.2.	Dos princípios fundamentais norteadores do direito de família	83
6.2.1.	Princípio da dignidade humana	85
6.2.2.	Princípio da afetividade	87
6.2.3.	Princípio da liberdade	92
6.2.4.	Princípio do pluralismo familiar	93
6.2.5.	Princípio da igualdade jurídica dos cônjuges e companheiros	94
6.2.6.	Princípio da igualdade e isonomia dos filhos	95
6.2.7.	Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente	97
6.2.8.	Princípio da paternidade responsável e do planejamento familiar	99
6.2.9.	Princípio da solidariedade familiar	101
6.2.10.	Princípio da proteção à pessoa idosa	102
6.3.	Do direito fundamental à alteração do prenome e do gênero da pessoa transgênero – Provimento n. 73/2018 do CNJ	103
7.	Responsabilidade civil e dano moral no direito de família	107
7.1.	Introdução	107
7.2.	Fatos jurídicos, atos jurídicos e ato ilícito	107
7.3.	Responsabilidade civil	111
7.3.1.	Considerações gerais – responsabilidade civil contratual e extracontratual	111
7.3.2.	Pressupostos da responsabilidade civil subjetiva	113
7.4.	Responsabilidade civil no direito de família	117
7.5.	Dano moral no direito de família	121
7.6.	Hipóteses de dano moral no direito de família	124
7.6.1.	Dano moral por inadimplemento alimentar	124
7.6.2.	Dano moral na ruptura do casamento e da união estável	127
7.6.3.	Dano moral por abandono afetivo	127

7.6.4.	Dano moral na recusa injustificada de reconhecimento de filho	128
7.6.5.	Outras hipóteses de dano moral	129
7.7.	Prescrição da reparação civil	129
7.8.	Teses do STJ sobre dano moral	130
Capítulo 2 – Do direito matrimonial		133
1.	Casamento.....	133
1.1.	Conceito, fins e natureza jurídica do casamento.....	133
1.1.1.	Conceito	133
1.1.2.	Fins do casamento	136
1.1.3.	Natureza jurídica do casamento	138
1.2.	Características e princípios do casamento	142
1.2.1.	Comunhão indivisa.....	142
1.2.2.	Liberdade na escolha do cônjuge	142
1.2.3.	Solenidade do ato nupcial.....	143
1.2.4.	Regulamentado por normas de ordem pública	143
1.2.5.	União permanente e durável.....	143
1.2.6.	Monogamia.....	144
1.3.	Desnecessidade de diversidade de sexos para o casamento – casamento homoafetivo.....	144
1.4.	Promessa de casamento.....	146
1.5.	Condições necessárias à existência, validade e regularidade do casamento	148
1.6.	Capacidade para o casamento.....	149
1.7.	Impedimentos matrimoniais e causas suspensivas	154
1.7.1.	Impedimentos públicos ou absolutos para o casamento.....	155
1.7.2.	Causas suspensivas ou impeditentes para o casamento	161
1.8.	Formalidades preliminares ao casamento. Habilitação	163
1.9.	Celebração do casamento	166
1.10.	Modalidades do casamento	168
1.10.1.	Casamento civil comum	168
1.10.2.	Casamento por procuração	169
1.10.3.	Casamento em caso de moléstia grave	170
1.10.4.	Casamento nuncupativo.....	171
1.10.5.	Casamento civil celebrado por religioso	174
1.10.6.	Casamento religioso com efeitos civis	174

1.10.7.	Casamento consular ou diplomático.....	176
1.10.8.	Casamento realizado no exterior e registro no Brasil.	178
1.10.9.	Casamento por conversão da união estável.....	179
1.10.10.	Casamento putativo.....	181
1.10.11.	Casamento fiduciário.....	182
1.10.12.	Casamento avuncular.....	182
1.10.13.	Casamento sorodato ou levirato.....	183
1.10.14.	Casamento póstumo.....	183
1.11.	Provas do casamento.....	184
1.11.1.	Introdução.....	184
1.11.2.	Prova direta específica.....	184
1.11.3.	Prova direta supletória.....	185
1.11.4.	Prova indireta ou posse do estado de casados.....	185
1.12.	Casamento inválido.....	187
1.12.1.	Considerações gerais – casamento inexistente e irregular.....	187
1.12.2.	Casamento nulo.....	190
1.12.3.	Casamento anulável.....	193
1.12.4.	Ação de nulidade e ação anulatória do casamento....	206
1.13.	Efeitos jurídicos do casamento.....	208
1.13.1.	Efeitos sociais do casamento.....	208
1.13.2.	Efeitos pessoais do casamento. Deveres do cônjuge..	209
1.13.3.	Efeitos patrimoniais do casamento.....	214
2.	Regime de bens.....	220
2.1.	Considerações gerais.....	220
2.1.1.	Conceito e princípios.....	220
2.1.2.	Alteração do regime de bens.....	224
2.2.	Pacto antenupcial – regime legal e convencional.....	231
2.3.	Espécies de regimes matrimoniais.....	235
2.4.	Regime de comunhão parcial de bens.....	236
2.4.1.	Considerações gerais.....	236
2.4.2.	Bens incomunicáveis.....	238
2.4.3.	Bens comunicáveis.....	246
2.4.4.	Dívidas e administração dos bens.....	249
2.5.	Regime de comunhão universal.....	250
2.5.1.	Considerações gerais.....	250
2.5.2.	Bens incomunicáveis.....	251
2.5.3.	Dívidas e administração dos bens.....	254

SUMÁRIO

2.6.	Regime de participação final nos aquestos	255
2.7.	Regime de separação de bens	259
2.7.1.	Regime de separação convencional de bens	259
2.7.2.	Regime de separação obrigatória ou legal de bens	262
2.8.	Bens particulares, reservados e regime dotal.....	268
3.	Doações entre os cônjuges	268
4.	Bem de família.....	270
Capítulo 3 – Divórcio e separação jurídica		275
1.	Introdução e história do divórcio no Brasil.....	275
2.	Sociedade e vínculo conjugal.....	280
3.	Efeitos da separação de fato.....	284
4.	Separação jurídica em face da EC n. 66/2010	286
4.1.	A EC n. 66/2010 e a separação no direito pátrio.....	286
4.2.	Separação judicial.....	292
4.2.1.	Considerações gerais. Legitimidade e partilha dos bens	292
4.2.2.	Separação consensual.....	295
4.2.3.	Separação litigiosa	297
4.2.4.	Efeitos da separação judicial	303
4.2.5.	Restabelecimento da sociedade conjugal	307
5.	Divórcio judicial.....	307
5.1.	Considerações gerais	307
5.2.	Divórcio consensual.....	310
5.3.	Divórcio litigioso.....	314
5.3.1.	Considerações gerais e divórcio liminar.....	314
5.3.2.	Cumulação de pedidos, contestação e reconvenção ..	317
5.3.3.	Cisão da sentença	319
5.4.	Efeitos do divórcio	321
5.5.	Alimentos no divórcio em face da EC n. 66/2010.....	323
5.5.1.	Dos alimentos no divórcio consensual.....	323
5.5.2.	Dos alimentos no divórcio litigioso.....	324
5.5.3.	Alimentos após o divórcio e a EC n. 66/2010	327
5.5.4.	Revisão e exoneração dos alimentos entre os ex-cônjuges.....	329
5.5.5.	Da excepcionalidade de alimentos para ex-cônjuge ...	330
6.	Partilha de bens.....	335
6.1.	Partilha de bens no divórcio.....	335

6.1.1.	Introdução	335
6.1.2.	Procedimentos e partilha de bens construídos em terreno alheio.....	336
6.1.3.	Estado de mancomunhão e condomínio nos bens comuns.....	338
6.1.4.	Partilha de quotas empresariais	340
6.1.5.	Bens no exterior, sobrepartilha e anulação da partilha	342
6.2.	Aplicação da <i>disregard doctrine</i> inversa na partilha de bens e alimentos.....	344
7.	Indenização na dissolução do casamento e culpa na fixação de alimentos	350
7.1.	Considerações gerais	350
7.2.	Indenização por danos morais e materiais.....	351
7.3.	Culpa nos alimentos.....	354
8.	Tutela de urgência na separação e no divórcio	355
8.1.	Considerações gerais	355
8.2.	Separação de corpos.....	356
8.3.	Alimentos provisórios (provisionais).....	358
8.4.	Posse e guarda provisória dos filhos.....	359
9.	Divórcio extrajudicial.....	359
9.1.	Introdução e divórcio <i>on-line</i>	359
9.2.	Facultatividade do procedimento	363
9.3.	Cláusulas obrigatórias.....	364
9.4.	Partilha posterior.....	365
9.5.	Representação das partes	366
9.6.	Emolumentos.....	366
9.7.	Competência	367
9.8.	Efeitos da escritura pública	367
9.9.	EC n. 66/2010 e seus efeitos no divórcio extrajudicial	368
9.9.1.	Vigência e efetividade.....	368
9.9.2.	Lapso temporal.....	368
9.9.3.	Conversão da separação em divórcio.....	369
9.9.4.	Testemunhas.....	369
9.9.5.	Reconciliação dos cônjuges	370
10.	Divórcio <i>post mortem</i>	370
Capítulo 4 – Direito convivencial.....		373
1.	Pluralidade de entidades familiares convivenciais	373
2.	União estável heteroaferiva	377

SUMÁRIO

2.1.	Conceito	377
2.2.	Histórico	378
2.3.	Distinção de união estável e concubinato	380
2.4.	Elementos caracterizadores da união estável heteroafetiva	382
2.4.1.	Convivência	382
2.4.2.	Diversidade de sexos	383
2.4.3.	Ostensibilidade da convivência ou publicidade	383
2.4.4.	Durabilidade da convivência	383
2.4.5.	Estabilidade	384
2.4.6.	Inexistência de impedimentos para o casamento	384
2.4.7.	Honrabilidade	384
2.4.8.	Coabitação	384
2.5.	Deveres na união estável	385
2.5.1.	Dever de lealdade	386
2.5.2.	Dever de respeito	387
2.5.3.	Dever de assistência	387
2.5.4.	Dever de guarda, sustento e educação dos filhos	387
2.6.	Efeitos jurídicos da união estável	388
2.6.1.	Regime de bens	388
2.6.2.	Alimentos	390
2.6.3.	Direitos sucessórios	392
2.6.4.	Adoção	394
2.6.5.	Exercício do poder familiar e guarda dos filhos	394
2.6.6.	Nome	395
2.7.	Comprovação da união estável	396
2.8.	Teses do STJ sobre a união estável	399
3.	União estável homoafetiva	400
3.1.	Conceito e histórico	400
3.2.	Reconhecimento jurídico da união homoafetiva	401
3.3.	Requisitos e efeitos da união homoafetiva	403
4.	Concubinato ou famílias paralelas	404
4.1.	Conceito	404
4.2.	Efeitos nas famílias paralelas e sociedade de fato	405
4.3.	União estável putativa, família simultânea e concubinato	412
Capítulo 5 – Proteção dos filhos na dissolução do casamento ou da união estável		415
1.	Direito à convivência familiar	415

1.1.	Direito fundamental à convivência familiar	415
1.2.	Direito à convivência familiar e direito de visitas.....	418
1.3.	Dever do genitor guardião de propiciar a convivência familiar..	421
1.4.	Dever de convivência familiar do genitor não guardião e abandono afetivo	423
2.	Guarda.....	425
2.1.	Conceito	425
2.2.	Modalidades de guarda – unilateral e compartilhada	427
2.3.	Obrigatoriedade da guarda compartilhada	432
3.	Alienação parental	435
3.1.	Introdução.....	435
3.2.	Atos de alienação parental.....	438
3.3.	Aspectos processuais	442
3.4.	Autoalienação parental.....	447
3.5.	Desafios do judiciário	448
4.	Direito à convivência familiar com os avós.....	458
5.	Alimentos aos filhos	459
Capítulo 6 – Direito parental		461
1.	Parentesco.....	461
1.1.	Considerações gerais – vínculos de família.....	461
1.2.	Vínculo do parentesco – conceito e espécies no Código Civil de 1916 e no de 2002.....	462
1.3.	Parentesco biológico, registral e socioafetivo.....	464
1.4.	Parentesco na linha reta e colateral	466
1.5.	Graus de parentesco.....	467
1.6.	Ação declaratória de parentesco entre irmãos	468
2.	Filiação.....	469
2.1.	Conceito e evolução histórica da filiação.....	469
2.2.	Filiação jurídica	484
2.2.1.	Filiação natural ou biológica	484
2.2.2.	Filiação civil por outra origem.....	485
2.3.	Filiação socioafetiva.....	487
2.3.1.	Posse do estado de filho e vínculo jurídico socioafetivo	487
2.3.2.	Reconhecimento e efeitos na filiação socioafetiva.....	494
2.4.	Filiação múltipla ou multiparentalidade	500
2.5.	Prova da filiação registral.....	503
2.6.	Filiação matrimonial	504

SUMÁRIO

2.6.1.	Conceito	504
2.6.2.	Presunção da paternidade e técnicas de reprodução medicamente assistida.....	505
2.6.3.	Negatória de paternidade e maternidade	514
2.7.	Filiação extramatrimonial	520
2.7.1.	Conceito	520
2.7.2.	Reconhecimento dos filhos	521
2.7.3.	Investigação da origem genética	537
2.7.4.	Efeitos do reconhecimento da filiação.....	539
2.7.5.	Investigação avoenga e direito à ancestralidade.....	539
2.7.6.	Investigação na dupla parentalidade: biológica e socioafetiva	541
2.8.	Ações retificatórias da filiação	542
2.8.1.	Introdução	542
2.8.2.	Ação negatória de paternidade	543
2.8.3.	Ação anulatória do registro civil ou impugnação da paternidade	546
2.8.4.	Ação declaratória de paternidade/maternidade socioafetiva.....	550
2.8.5.	Relativização da coisa julgada na ação investigatória.	551
2.8.6.	Desconstituição da paternidade biológica por inexistência do vínculo da socioafetividade.....	560
2.8.7.	Conclusão.....	563
2.8.8.	Sinopse das ações.....	564
3.	Adoção.....	565
3.1.	Conceito e histórico da adoção	565
3.2.	Doutrina da proteção integral da criança e do adolescente	568
3.3.	Direito à convivência familiar da pessoa em formação	571
3.4.	Direito à dignidade	575
3.5.	Caráter subsidiário da adoção.....	576
3.6.	Modalidades de adoção	577
3.6.1.	Adoção unilateral.....	577
3.6.2.	Adoção conjunta	577
3.6.3.	Adoção <i>post mortem</i>	578
3.6.4.	Adoção nacional e internacional	578
3.6.5.	Adoção consentida ou <i>intuitu personae</i>	579
3.6.6.	Adoção simulada ou adoção à brasileira.....	583
3.7.	Procedimentos na adoção	585
3.7.1.	Entrega do recém-nascido e cadastros de adoção	585
3.7.2.	Processo de adoção e requisitos	589

3.8.	Pessoas que podem adotar e que podem ser adotadas	596
3.8.1.	Pessoas que podem adotar	596
3.8.2.	Pessoas que podem ser adotadas.....	600
3.9.	Efeitos da adoção.....	601
3.9.1.	Considerações gerais – irrevogabilidade, readoção e invalidação	601
3.9.2.	Efeitos de ordem pessoal	605
3.9.3.	Efeitos patrimoniais	606
3.9.4.	Benefícios legais	607
3.9.5.	Inexistência, nulidade e anulação da adoção	607
3.10.	Adoção internacional	608
3.11.	O que ocorre com os adolescentes institucionalizados e não adotados ao completarem 18 anos	613
3.12.	Teses do STJ sobre adoção e guarda.....	617
4.	Poder familiar	618
4.1.	Conceito, histórico e características.....	618
4.1.1.	Conceito	618
4.1.2.	Histórico.....	620
4.1.3.	Características	621
4.2.	Titularidade de exercício do poder familiar	621
4.3.	Conteúdo do poder familiar	622
4.3.1.	Poder familiar quanto à pessoa do filho	623
4.3.2.	Poder familiar quanto aos bens dos filhos	625
4.4.	Extinção, suspensão e perda do poder familiar	628
4.4.1.	Extinção do poder familiar	628
4.4.2.	Suspensão do poder familiar.....	629
4.4.3.	Perda ou destituição do poder familiar	631
4.5.	Procedimento para suspensão ou perda do poder familiar	635
Capítulo 7 – Alimentos		639
1.	Conceito e natureza jurídica	639
2.	Fontes do direito alimentar.....	641
2.1.	Parentesco e obrigação complementar.....	641
2.2.	Casamento.....	645
2.3.	União estável hétero e homoafetiva.....	648
2.4.	Contratos.....	649
2.5.	Testamento.....	649
2.6.	Ato ilícito.....	649

SUMÁRIO

3.	Classificação dos alimentos.....	650
3.1.	Quanto às fontes ou causa legal.....	650
3.2.	Quanto à definitividade ou finalidade	650
3.3.	Quanto ao objetivo ou natureza da prestação	652
3.4.	Alimentos avoengos – subsidiários ou complementares	653
3.5.	Alimentos transitórios ou temporais	655
3.6.	Alimentos compensatórios.....	658
3.6.1.	Alimentos compensatórios ou ressarcitórios em razão da administração dos bens comuns.....	660
3.6.2.	Alimentos compensatórios em razão do desequilíbrio econômico do casal	662
3.7.	Alimentos <i>intuitu personae</i> e <i>intuitu familiae</i>	666
3.8.	Alimentos gravídicos.....	669
3.9.	Alimentos <i>in natura</i> e alimentos impróprios.....	670
4.	Pressupostos da obrigação alimentar.....	671
4.1.	Necessidade de quem pode reclamar.....	671
4.2.	Possibilidade de quem deve prestar	672
4.3.	Proporcionalidade na fixação	674
5.	Mutabilidade do quantum da pensão alimentícia.....	674
6.	Características do direito alimentar.....	675
6.1.	Atualidade	675
6.2.	Imprescritibilidade do direito.....	676
6.3.	Irrenunciabilidade.....	676
6.4.	Divisibilidade e obrigação solidária à pessoa idosa.....	681
6.4.1.	Divisibilidade da obrigação alimentar.....	681
6.4.2.	Obrigação alimentar solidária à pessoa idosa	685
6.5.	Direito personalíssimo	687
6.6.	Indisponibilidade do direito	687
6.7.	Direito intransferível ou inessível	687
6.8.	Obrigação incompensável	688
6.9.	Impenhorabilidade	688
6.10.	Intransmissibilidade do credor	688
6.11.	Transmissibilidade da obrigação alimentar aos herdeiros	689
6.12.	Irrestituíveis ou irrepetíveis	694
6.13.	Reciprocidade	696
7.	Ações que envolvem obrigação alimentar.....	696
7.1.	Ação cautelar de alimentos provisionais e tutela antecipada de urgência	696

7.2.	Ação de alimentos	698
7.3.	Ação de alimentos proposta pelo devedor.....	702
7.4.	Ação de investigação de paternidade c/c alimentos.....	702
7.5.	Ação de alimentos gravídicos	703
7.6.	Ação revisional e exoneração de alimentos	705
7.7.	Ação de cobrança de alimentos.....	711
7.8.	Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação de alimentos	712
8.	Execução de alimentos.....	712
8.1.	Desconto em folha de pagamento	713
8.2.	Recebimento de alugueres ou outros rendimentos.....	714
8.3.	Execução indireta ou prisão civil	714
8.4.	Execução por quantia certa.....	721
8.5.	Cumprimento de sentença	722
8.6.	Inclusão do nome do devedor de alimentos nos cadastros de proteção ao crédito	724
8.7.	Penhora do FGTS nas execuções de alimentos.....	725
8.8.	Execução de alimentos fundada em título extrajudicial no CPC de 2015	726
9.	Teses do STJ sobre alimentos.....	727
Capítulo 8 – Da tutela, da curatela, da tomada de decisão apoiada e da autcuratela.....		731
1.	Tutela.....	731
1.1.	Conceito e natureza jurídica	731
1.2.	Espécies de tutela.....	734
1.2.1.	Tutela testamentária	735
1.2.2.	Tutela documental	737
1.2.3.	Tutela legítima	737
1.2.4.	Tutela dativa	738
1.2.5.	Tutela interina	740
1.3.	Dos incapazes de exercer a tutela	740
1.4.	Da escusa dos tutores.....	742
1.5.	Nomeação do tutor e garantia da tutela.....	743
1.6.	Do exercício da tutela e o protutor	745
1.6.1.	Exercício da tutela quanto à pessoa do menor	747
1.6.2.	Exercício da tutela quanto aos bens do menor	747
1.6.3.	Responsabilidade civil do tutor, protutor e do juiz.....	749
1.7.	Prestação de contas.....	750

SUMÁRIO

1.8.	Cessação da tutela.....	752
1.9.	Exoneração e remoção do tutor	752
2.	Curatela.....	753
2.1.	Conceito – capacidade de direito e capacidade de fato	753
2.2.	Revisão da curatela em face do Estatuto das Pessoas com Deficiência.....	755
2.3.	A interdição no CPC de 2015, humanização e efeitos.....	757
2.4.	Pessoas sujeitas à curatela.....	760
2.4.1.	Pessoas que por causas temporárias ou permanentes não podem exprimir sua vontade	763
2.4.2.	�brios habituais e viciados em tóxicos.....	763
2.4.3.	Pr�digos	764
2.4.4.	Nascituro	765
2.5.	Legitimidade para requerer e processo de curatela.....	765
2.6.	Nomeação de curador, curatela conjunta e exercício da curatela	769
2.6.1.	Nomeação do curador.....	769
2.6.2.	Curatela conjunta – compartilhada e fracionada	770
2.6.3.	Exercício da curatela	770
2.7.	Levantamento da curatela.....	771
2.8.	Curatela provisória ou temporária.....	772
2.9.	Curadorias especiais	773
3.	Da tomada de decisão apoiada.....	773
4.	Autocuratela.....	776
	Referências.....	779